



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7896 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

**RUPTURAS E RESSIGNIFICAÇÕES SIMBÓLICAS NA ESTRUTURA FAMILIAR
CAMPONESA: UMA ANÁLISE DE CASO NO ASSENTAMENTO SALVADOR
ALLENDE EM PORANGATU-GO**

Matheus Lucio dos Reis Silva - UFG - Universidade Federal de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

**RUPTURAS E RESSIGNIFICAÇÕES SIMBÓLICAS NA ESTRUTURA FAMILIAR
CAMPONESA: UMA ANÁLISE DE CASO NO ASSENTAMENTO SALVADOR
ALLENDE EM PORANGATU-GO**

Considerações iniciais

A formação social brasileira, em sua raiz histórica, possui uma distribuição desigual de terras em consequência de sua acumulação por uma elite agrária. O processo de acumulação de capital representa o marco da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, que ainda hoje deixa marcas no movimentar da História.

Analisando os modos de produção da elite agrária nacional (STEDILE, 2011) é possível perceber o transitar de diferentes estratos sociais, representando distintos projetos e constituições sociais. Neste mesmo caminho, os conflitos e confrontos realizados pelos movimentos sociais demarcaram — e ainda continuam demarcando — as contradições e divergências de interesses de classes. Usurpados pelo capital agrário, restou aos camponeses, entre as décadas de 50 e 70, se refugiarem nas cidades ou moldarem-se ao assalariamento capitalista.

Neste processo, à medida que os camponeses foram expropriados pelo capital, eles também o utilizaram de algum modo, apresentando uma dubiedade da interpretação da classe camponesa (MARTINS, 1980) que ao mesmo tempo: a) rivalizou com os interesses do capital, quase sempre na medida que este os impediam de se realizarem enquanto sujeitos, como também b) alou-se com o modo de produção dominante de diferentes modos e

aspectos.

A dubiedade dos camponeses enquanto classe não exclui o fato de que os movimentos sociais do campo representaram — e continuam representando — sólidos e importantes movimentos sociais da sociedade brasileira. Com um intenso desejo de possuir a própria terra, negada pela constituição histórica do país, estes camponeses organizaram-se, ao longo de várias décadas, em diferentes contextos e modos para lutar pelo seu acesso. Não por acaso, a *luta* é uma palavra chave dentro de todos os estudos que envolvem sujeitos pertencentes aos movimentos sociais do campo.

Silva (2018, p. 9) ao realizar uma pesquisa etnográfica no assentamento Salvador Allende, localizado em Porangatu no Norte do estado de Goiás, e tendo por objetivos “[...] descrever como é a maneira de viver, de um modo geral, no assentamento [...], e quais são precisamente os veículos através dos quais esta maneira de viver se manifesta”, problematizou a produção identitária dos assentados. Nesta pesquisa, a *luta*, enquanto categoria, tornou-se elemento central, pois representava importantes práticas e valores constituintes da(s) identidade(s) destes sujeitos, ao mesmo tempo que revelava a percepção de uma consciência de condição de classe expropriada, em contraposição a uma classe dominante detentora das terras.

Este artigo é fruto de resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no mesmo assentamento, o qual pretende refletir a escolarização urbana das crianças e adolescentes assentados e seus impactos na constituição e continuidade dos movimentos sociais na luta pela terra. Tendo como ponto de partida que a escolarização das populações rurais é condicionada *sine qua non* pela estrutura agrária, faz-se necessário, portanto, refletir fragmentos dos movimentos da estrutura agrária a partir da vivência destes sujeitos, para assim compreender como estes localizam-se na atual conjuntura. Para isto, como apontou Marx, no caminho de analisar o fenômeno social proposto se faz necessário seguir a rota oposta do fluxo social, ou seja, apreender a constituição histórica para compreender os sujeitos na sua totalidade.

Contendo análises de entrevistas realizadas com jovens egressos do Ensino Médio do assentamento de análise, tais entrevistas tiveram por objetivos refletir: a) como estes sujeitos localizam-se frente ao movimento histórico de sua família? b) como estes sujeitos projetam-se? c) a escolarização urbana representou algum conflito/contradição com a condição camponesa familiar?

O presente artigo problematiza, a partir dos dados empíricos enunciados, as intensas modificações e rupturas nas produções de sentidos entre a família camponesa e os filhos. Neste caminho, para compreender esta ruptura será realizado um movimento de retomada de alguns processos históricos que antecedem a constituição das famílias pesquisadas, apresentado uma reflexão à cerca dos movimentos sociais do campo e a formação do sujeito assentado a partir destes movimentos, para assim compreender a constituição identitária dos sujeitos da pesquisa.

De outro modo, será também discutido, de modo específico, a formação identitária destes filhos de assentados, procurando refletir como a vivência entre as contradições da escolarização urbana e as contradições vividas durante a reprodução camponesa no assentado, são atuantes no êxodo destes jovens do campo.

Ao apontar estes elementos, tem-se como finalidade problematizar a ruptura de significados entre as famílias camponesas e os jovens, agora urbanos. Para isto, o afastamento do campo e o não desejo de dar continuidade a luta camponesa simboliza o rompimento da continuidade da reforma agrária. Incorporados à lógica do mercado a partir das mediações e

vivências com a escolarização urbana, estes sujeitos realizaram a (re)produção de uma lógica de pensamento distinta da ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990), configurando uma esquizofrenia entre significado e significante (JAMESON, 1992). Portanto, o objetivo central deste artigo é problematizar, a partir do exposto, se tais problemáticas representam um esvaziamento da luta camponesa pela não continuidade da *luta*, constituído pela ruptura lógica entre as gerações camponesas.

Os movimentos sociais na luta pela terra e a constituição do assentado

Ao refletir as forças produtivas e o conhecimento camponês das fazendas do Sudoeste Goiano, Motta (1983) fez uma análise das primeiras décadas do século XIX até a década de 1970, apontando que no processo de implementação da grande fazenda goiana houve uma alteração das relações e práticas camponesas. Dentre as principais alterações temos a) a integração da produção ao grande mercado, com a principal finalidade de exportação, acarretando no b) assalariamento dos agregados, impossibilitando a reprodução dos conhecimentos camponeses tradicionais, levando à expulsão involuntária dos mesmos para a região urbana, quase sempre periférica.

Como resultado de todas as lutas e suas contradições, bem como das transformações das relações de produção no campo brasileiro, os assentados surgem dentro do recente contexto de projeto da reforma agrária. Inseridos em movimentos sociais organizados, a partir de uma estrutura de funcionamento capilarizada e complexa, estes movimentos tiveram grandes êxitos ao longo de toda a trajetória do final do século XX e início do século XXI.

Refletindo sobre o significado do assentamento para os sujeitos assentados em Porangatu, Norte de Goiás, Silva (2018, p. 30) apresentou o estabelecimento de uma identidade produzida a partir da alteridade com o *fazendeiro*, uma vez que “[...] *fazendeiro é quem produz muito, que tem muito dinheiro, que é um grande produtor*”, já o assentado, “[...] *é aquele que tem pra subsistências, que tem pouco, neste momento*”.

Esta alteridade, mediada por diferentes condições materiais, mas também constituída por distinções nos valores morais nas relações com o trabalho, foi responsável por constituir lutas de classes. Não por acaso, a *luta* constitui-se no principal elemento da constituição identitária dos assentados, em contraposição com outros estratos sociais do campo, por isto, compreende-la é desvelar a produção social destes sujeitos.

Refletindo sobre o seu significado para os sujeitos assentados, Silva (2018, p. 40-1) apontou que a *luta* representa: a) as dificuldades vividas durante as ações de conquista das terras, seja pela burocracia dos procedimentos, como a fome, sede, falta de moradia e outras adversidades vividas durante o processo; e b) como meio da repressão do Estado ou dos fazendeiros, ou o preconceito vivido na sociedade urbana, representando o embate propriamente dito.

Considerações finais

Refletindo as modificações nas produções de sentido entre a família camponesa e os filhos, observou-se uma disjunção de significados e, para além disto, de uma racionalidade que era transmitida já a muitas gerações. Neste caminho, o esvaziamento das práticas e valores camponeses representa uma mudança de rumo na História camponesa, dado que, por não terem terra herdada os assentados necessitaram participar dos movimentos sociais do

campo e realizarem a dura *luta* pela terra e as disputas pelos projetos políticos de campo, agora, com diversas batalhas vencidas, seus filhos negam-se a herdar a terra conquistada e a serem camponeses.

Tal desarticulação representa a reprodução de uma outra racionalidade, advinda na mediatização urbana, na qual reconhece a vida camponesa como atrasada, pois não consegue produzir os bens materiais desejados. Neste sentido, a escolarização urbana, ao possuir diferentes atribuições, realiza um processo educativo para formar cidadãos urbanos, por isto, ao não reconhecer a especificidade camponesa e não haver nenhuma mudança curricular e pedagógica realiza uma ruptura lógica entre gerações, implicando na dificuldade de renovação, e conseqüentemente de ação, dos movimentos sociais do campo.

Deste modo, a escolarização urbana, representa uma contradição direta na reprodução familiar camponesa, ao mesmo tempo em que realiza uma resignificação simbólica, promovendo indiretamente o êxodo rural pelo “sucesso” do processo de escolarização. Assim, interessados em realizar cursos técnicos voltados para o trabalho urbano, estes sujeitos preparam-se para viver na cidade, pois nunca tiveram uma formação das práticas camponesas, não possuindo condições de realizarem a continuidade da reprodução camponesa.

Palavras-Chave: Luta. Camponês. Norte de Goiás. Etnografia. Movimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. Editora Hucitec. São Paulo, 1980.

MOTTA, M. V. **Conhecimento camponês e forças produtivas: a fazenda goiana**. *Anuário Antropológico*, 6 (1), 157-163. v. 6 n. 1, 1982.

SILVA, M. L. R. **“Melhor Viver Aqui a Roça com o Mínimo do que Viver na Cidade”**: As (Re)Significações do Camponato no Assentamento Salvador Allende (Porangatu-Go). Monografia – Licenciatura em Ciências Biológicas. Porangatu: UEG, 2018.

STEDILE, J. P. Introdução. IN: **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -2. ed. —São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negueia: o camponato como ordem moral**. Brasília, UnB, (Anuário Antropológico, 87), 1990.